

**Jeffrey Goldfarb – The politics of small things:****the power of the powerless in dark times**

Chicago/London: The University of Chicago Press, 2006.

Daniela Peixoto Ramos

Neste livro sobre a micropolítica do cotidiano, Jeffrey Goldfarb – sociólogo político estadunidense – analisa diversos episódios críticos da história recente, entre os quais a queda de regimes comunistas, para mostrar a relevância que teve a chamada “política das pequenas coisas” em sua configuração. Este termo é usado por Goldfarb para referir-se às interações ocorridas nos espaços públicos alternativos criados pelos indivíduos na medida em que tentam exercer sua liberdade política e contrapor-se à concepção de verdade hegemônica, dando origem a um discurso político próprio. O autor parte do referencial teórico do interacionismo simbólico<sup>1</sup> e utiliza o arcabouço conceitual de Erving Goffman, um dos maiores representantes desta corrente, em sua análise. Duas outras referências centrais para o autor são Michel Foucault e, principalmente, Hannah Arendt.

O argumento de Goldfarb está centrado na visão de que o entendimento da política a partir de suas grandes manifestações – a luta de classes, os embates travados pelos atores políticos centrais nas instituições do Estado – não é suficiente para abranger toda a complexidade da ação humana com caráter político e com potencial de gerar consequências de grande magnitude. Além disso, não permite entrever alternativas aos regimes políticos totalitários ou à atual guerra contra o terrorismo que possam emergir a partir de baixo, isto é, da política praticada no cotidiano por atores políticos aparentemente não dotados de poder. Seu objetivo é não apenas oferecer uma abordagem alternativa à compreensão de transformações políticas recentes, mas também

---

<sup>1</sup> Corrente sociológica que considera as interações mediadas simbolicamente (pela linguagem, por gestos) como “categoria analítica, como unidade de análise” (DOMINGUES, 2008, p. 24) principal, colocando-as como alternativa à dicotomia ação e estrutura e que tem como representantes, além de Erving Goffman, George Mead, John Dewey, Harold Garfinkel e Alfred Schutz, entre outros.

trazer à luz uma forma de resistência e de ação que pode ter efeitos concretos diante dos dilemas postos hoje.

Um dos conceitos centrais para o autor é, portanto, o de poder. Segundo ele, o poder surge quando “as pessoas se encontram livremente, conversam como iguais, revelam suas diferenças, mostram suas distinções e desenvolvem uma capacidade de agir juntos” (p. 4). Ele toma de Foucault sua concepção de poder como algo disperso, que perpassa as relações sociais e os discursos, em lugar da visão de poder como algo que possa ser apropriado individualmente ou que esteja necessariamente ligado à dominação e à sujeição. Portanto, o poder está presente mesmo em esferas nas quais, à primeira vista, ele não se manifestaria, como as interações cotidianas ocorridas em espaços públicos diversos, analisadas por Goldfarb, em contextos de construção de discursos de oposição. Para o autor, e nisso ele retoma a visão de Hannah Arendt, o poder surge a partir da ação política conjunta entre iguais.

Embora sua filiação à teoria política de Arendt esteja presente ao longo de todo o texto, ele demarca seu distanciamento em relação a ela justamente no ponto central de sua argumentação, ou seja, na relevância política que atribui às interações que se dão fora do palco político central, privilegiado por Arendt. Embora mantenha a visão arendtiana de espaço público como lugar por excelência de liberdade e de deliberação entre cidadãos portadores de direitos iguais sobre questões políticas, que afetam a todos e que devem estar acima de discussões relativas a assuntos menores, como economia e subsistência, Goldfarb avança ao considerar como públicos e, por isso, impregnados de todas as qualidades que Arendt imputa a este termo, múltiplos espaços em que circulamos diariamente, como locais de trabalho, escolas e repartições de governo.

O espaço público não seria um espaço previamente determinado e articulado institucional e legalmente, como, segundo Dana Villa (2000, p. 9), queria Arendt. A constituição de um espaço como público e político, em Goldfarb, depende sobretudo da definição que os atores envolvidos fazem a respeito dele, ou seja, se o lugar de interação é definido pelas pessoas que interagem em seus próprios termos e se sua ação é condizente com a definição social por elas compartilhada, esta passa a ter consequências reais e a existir de fato. Neste sentido, Goldfarb remete a Goffman e sua obra *Frame analysis*, em que, segundo Smith (2006, p. 59), enquadramentos são definidos como “premissas organizacionais sociais mantidas tanto pela consciência quanto

pela ação”. Os indivíduos interpretam o contexto em que estão inseridos de uma determinada maneira e passam a agir de acordo com esse entendimento, o que não significa que essas definições sejam sempre criadas ou elaboradas de forma sofisticada pelos envolvidos na interação. Para Goldfarb (p. 8), Goffman vai além de Arendt na proposição de uma “alternativa democrática ao terror e à força hegemônica” devido à sua ênfase na definição social das interações pelos próprios atores que dela participam, o que Goldfarb vê como um poder capaz de pôr em funcionamento a chamada “política das pequenas coisas”.

Ao longo do livro, Goldfarb aplica seu referencial teórico a diversas situações ocorridas no Leste Europeu e nos Estados Unidos, começando por alguns episódios deste tipo de política, observados por ele em Varsóvia. As interações que se deram em determinados âmbitos sociais em países do bloco socialista da antiga União Soviética teriam sido condições necessárias para que as grandes transformações posteriores (a queda do regime comunista) acontecessem.

Ele concentra sua análise nas manifestações emergentes em três espaços públicos: “a mesa de cozinha, a livreria de apartamento e o salão literário de submundo”. Em seus domicílios, ao redor de suas mesas, as pessoas começaram a exercitar sua capacidade de interação livre e com um “enquadramento independente do oficial” (p. 15). As livrerias informais, subversivamente estabelecidas em apartamentos privados, representam um passo além em relação ao domicílio na medida em que permitiam a criação de vínculos que extrapolavam a família. Por último, promoviam-se encontros literários, também em apartamentos, como atos de resistência. Neles, pessoas desconhecidas reuniam-se e se comportavam, na interpretação do autor, como se estivessem num foro de discussão pública. Assim como qualquer interação, estas seguiam ritos próprios, porém a diferença fundamental delas é que tinham conteúdos, objetivos e definições sociais capazes de originar um “domínio público livre”, de contestar o “regime de verdade” oficial, nos termos de Foucault. Ou, para usar as categorias de Arendt, havia uma intenção de desvincular a “verdade factual”, baseada numa política livre e aberta ao confronto de opiniões, da “verdade filosófica”, ideológica, propagada pelo Partido Comunista. Este seria o embrião de uma cultura política diferente. A verdade nova que começava a ser criada tinha um caráter distinto da verdade imposta pelo regime porque possibilitava o exercício da liberdade, o que a

torna, para Goldfarb (p. 21), normativamente superior uma vez que seria o único tipo de verdade capaz de opor-se ao totalitarismo.

A chamada “política de pequenas coisas” seria, utilizando Goffman em sua obra *Frame analysis*, uma política de enquadramento, ou seja, de competição entre diferentes formas de definição das situações cotidianamente vivenciadas, típica de sociedades complexas e abertas. Goldfarb cita um episódio ocorrido em Varsóvia, em 1968, sintomático das mudanças político-culturais que se seguiram e que culminaram no ano de 1989. Houve uma série de manifestações políticas irrompidas após a última encenação de uma peça de teatro chamada *Dziady*, que foram violentamente reprimidas e marcaram, segundo o autor, a “redescoberta da liberdade pública” (p. 27) na sociedade polonesa, com reflexos sobre a constituição do movimento sindical e social Solidariedade.

Esse episódio fez parte de um movimento teatral mais amplo de contestação clandestina ao regime e afirmação de autonomia cultural. Ele simboliza algo também tratado por Vaclav Havel, em seu ensaio “The power of the powerless”, cujo título é referenciado por Goldfarb, que é a resistência nascida na vida cotidiana nos regimes socialistas ou a “constituição interativa da ordem social”, manifesta em interações que fogem do preconizado pela ideologia oficial. Segundo o autor, não havia, na Polônia, uma intenção explícita de afirmar uma ideologia anticomunista, mas apenas de desvincular a política oficial da sua vida cotidiana. A substituição de um discurso ideológico por outro não é efetiva, em sua visão, porque implica apenas a troca de interpretações que pretendem passar-se por verdades.

Há uma diferença, no que se refere ao grau de avanço, entre os movimentos de resistência que apresentam alternativas à ordem instituída e aqueles que chegam apenas ao ponto de negar sem, no entanto, conseguir estabelecer uma nova definição da situação social em termos democráticos e sustentáveis. O caso da Romênia, em sua interpretação, é ilustrativo do segundo caso, ao passo que a Polônia seria um exemplo do primeiro, e a Tchecoslováquia teria vivido uma situação intermediária. Fatores estruturais, que tiveram influência sobre a capacidade da população de “viver na sua própria verdade”, isto é, de desenvolver definições situacionais compartilhadas com características democráticas, seriam responsáveis por essas diferenças. A brutalidade do regime totalitário e as condições econômicas, que diferiam entre os três países, são também citadas como fatores relevantes.

Como consequência, a sociedade polonesa chegou ao ano de 1989 com uma história de contestação ao regime muito mais longa e consolidada do que nos dois outros casos dado que, já em 1968 e mesmo antes, como visto, havia manifestações claras de transformação social. Já a Romênia teve apenas um espasmo contestatório em 1989, que não estava alicerçado num movimento institucionalizado de oposição capaz de propor alternativas ao regime, em lugar de apenas rejeitá-lo. Na antiga Tchecoslováquia, formou-se um Fórum Cívico, composto de diversos grupos sociais que se opunham ao regime, que congregou e canalizou as vozes dissidentes em negociações com o Estado. Havia também uma liderança – Vaclav Havel – capaz de despertar, neste movimento social, uma “definição democrática da situação” comum, a despeito das identidades particulares de cada grupo. Assim, a dimensão de público interativo livre que se formou na Tchecoslováquia esteve ausente da Romênia. No entanto, apenas a Polônia possuía, em 1989, a dimensão de longevidade temporal que se mostrou determinante para as mudanças políticas que se seguiram, ou seja, as eleições democráticas para presidente.

Tem-se assim que, na visão de Goldfarb, para que a política das pequenas coisas gere efeitos consideráveis em termos de magnitude política – criação de domínio público – e sustentáveis, ela deve ter continuidade no tempo, atingindo uma duração mínima que lhe permita *institucionalizar-se*. A discussão sobre institucionalização é relevante por ser esta uma das preocupações fundamentais do autor. Trata-se de assegurar as salvaguardas institucionais necessárias à manutenção da prática continuada da política de pequenas coisas. Por isso, ele procura analisar também em que medida determinadas instituições sociopolíticas atuais – as instituições educacionais e midiáticas – abrem espaço para a micropolítica plural e democrática que defende, visto que, em sua visão, a alternativa partidária não é a única capaz de assegurar, sua “viabilidade a longo prazo” (p. 106).

Desta forma, ele abandona a análise da redemocratização em países do Leste Europeu e passa a tratar de episódios da história dos Estados Unidos, situando a “política de pequenas coisas” como geradora de um discurso alternativo ao debate terrorismo *versus* contraterrorismo e, ainda, como constituidora de um poder político democrático de oposição à postura beligerante adotada pelos países envolvidos na guerra. Ele interpreta o discurso terrorista de Bin Laden como totalitário em razão de sua tentativa de convertê-lo em verdade oficial e consagrar sua liderança político- religiosa

numa estrutura organizacional que congrega células terroristas mais ou menos articuladas com o centro, onde estaria o líder.

Assim, ao contrário do que ocorria no totalitarismo do século XX, o atual se caracterizaria como uma rede mais fluida e até mesmo virtual, que reúne desde fanáticos até meros simpatizantes, organizações de provisão de assistência social e escolas que acabam aderindo ao discurso terrorista e reproduzindo-o. Da mesma forma que faziam os Estados totalitários do passado, o totalitarismo “pós-moderno” pretende impor um “código cultural unificado a uma sociedade complexa” (p. 61). Isso, em conjunto com o uso da força, bastaria, segundo o autor, para tornar os dois fenômenos suficientemente assemelhados.

Do outro lado, encontra-se o discurso antiterrorista oficial, que apresenta a guerra contra o terror como luta pela democracia, liberdade e também fé, visto que o presidente americano George Bush frequentemente fazia um “enquadramento” religioso da questão, similar aos discursos anticomunista e antifascista anteriores. Caracterizadas como um terceiro discurso, há as narrativas antiglobalização que, embora não apoiem o terrorismo, entendem o ataque do 11 de setembro como uma resposta ao imperialismo estadunidense. Mais uma vez, as relações políticas cotidianas, “as pequenas zonas de independência e dignidade” (p. 68), aparecem como um remédio contra as grandes narrativas totalizantes, com a diferença de que agora as interações face a face se juntam àquelas que se dão a distância.

Após analisar superficialmente o “totalitarismo do século XXI”, Goldfarb passa a uma questão relacionada, no que diz respeito ao uso das novas tecnologias midiáticas, que consiste no ativismo político virtual. Ele está preocupado com o que chama de “novo regime de mídia” e como a velha política de pequenas coisas, agora numa roupagem pós-moderna, tem florescido no âmbito deste novo regime. Tal como fazem os apologistas do terrorismo, os interessados em encontrar alternativas democráticas aos discursos hegemônicos também se utilizam da *internet*. Ela foi o meio utilizado por um movimento antiguerra, coordenado por um *site* chamado *Moveon.org*. A capilaridade propiciada pela *internet* possibilitou a reunião de uma diversidade de organizações e indivíduos que apenas convergiam na rejeição à guerra, porém estavam desprovidos de uma capacidade propositiva.

No entanto, é na campanha do candidato Howard Dean às eleições primárias do partido Democrata que a versão eletrônica da política de

pequenas coisas se manifestou com toda intensidade. Embora não tenha vencido as primárias, ele teria conseguido tornar-se um ator político relevante devido à repercussão que sua candidatura, feita principalmente através da *internet*, atingiu.

Dean era um candidato antiguerra, afastado das lideranças políticas do Partido Democrata e sem recursos para projetar sua campanha. Foi a coordenação política exercida pelos organizadores do site *Moveon* que conseguiu levar os participantes de discussões na *internet* a também agir de forma concertada e presencial, por meio de demonstrações e outras atividades típicas de campanhas eleitorais, como levantamento de fundos, panfletagem e monitoramento da imagem do candidato na mídia.

Segundo o autor, toda essa ação, que apenas conseguiu obter uma escala maior devido às interações virtuais dos militantes, teria produzido uma energia política nova, um sentimento de empoderamento entre os participantes e um poder político de fato, emergente de um movimento social. Por meio dele, as pessoas se reuniram para conversar e agir em conjunto e, nesse processo, formaram laços de confiança, vínculos sociais. Havia entre elas uma nova definição da situação que estavam vivendo, uma repulsa comum à guerra, que as fez abraçar a campanha do único candidato que parecia representá-las neste ponto. Por meio do engajamento na política eleitoral, ou seja, numa alternativa democrática que as fazia ir além da simples rejeição ao *status quo*, elas poderiam desenvolver todo o potencial da política.

Por outro lado, Goldfarb também discute a possibilidade de que as interações políticas que resultaram, em última instância, na derrubada dos regimes totalitários possam atuar como geradoras de poder de forma menos democrática, em ambientes como a direita religiosa nos Estados Unidos. As igrejas têm sido tradicionais articuladoras comunitárias, locais de interação e desenvolvimento de capacidades, ainda que não totalmente abertas ao pluralismo de ideias. Na realidade, a política de pequenas coisas, como admite o autor (p. 92), pode ser usada tanto para a mudança quanto para a conservação. Na Grécia antiga, usada por Arendt como modelo, os cidadãos tinham mais a intenção de preservar sua ordem do que de alterá-la. Na campanha de 2004, a direita religiosa se mobilizou para apoiar seu candidato – George Bush – utilizando-se da mesma via eletrônica adotada pelo movimento de esquerda e fazendo apelos pró-família e antiseculares.

No entanto, Goldfarb não parece disposto a reconhecer que sua política de pequenas coisas possa também ser usada para o mal. Ainda que se possa falar em interações constituidoras de poder, em diálogos que geraram a capacidade de ação conjunta, havia uma distinção hierárquica entre pastores e fiéis que desrespeitavam um princípio básico da interação de que trata sua obra: a igualdade entre os que interagem. Há uma micropolítica do poder presente tanto nos círculos religiosos quanto em esferas democráticas em que os participantes têm uma intenção explícita de “viver na verdade”. A perspectiva foucaultiana, segundo Goldfarb, não reconhece uma diferença qualitativa entre ambas. É assim que ele atribui maior primazia à perspectiva “Arendt-Goffmaniana” por permitir esta distinção teórico-conceitual que lhe é cara. Isso não significa, porém, que não houvesse certas interdições ao diálogo ou certas distinções hierárquicas nos círculos de esquerda, que tendem a surgir em qualquer contexto de interação humana.

Dai a relevância dos princípios democráticos, que deveriam ser cultivados por instituições que lidam com a reprodução e a difusão do conhecimento – a mídia e os estabelecimentos de ensino – e com a multiplicidade de possíveis enquadramentos. As instituições – com exceção das totais, analisadas por Goffman – têm um componente disciplinante, como bem ressalta Foucault, mas também têm um contexto propício à “criatividade e autonomia” (p. 107) e é nele que frequentemente se origina a micropolítica democrática. Ao mesmo tempo em que o autor reconhece que as esferas devem ser mantidas em separado – educação, comunicação e política –, afirma que há também uma conexão entre elas em termos de princípios liberais. O contexto educacional, por exemplo, em sua visão, deve comportar uma interação livre e destinada à compreensão da “condição humana” e, neste sentido, deve estar desvinculado de qualquer pretensão ideologizante. O exemplo que o autor cita é o do próprio seminário que ministra na *New School for Social Research*. Ele e seus alunos teriam constituído, a despeito de sua posição hierárquica distinta como professor, um espaço público de liberdade em que estaria sendo posta em prática a política de pequenas coisas.

No que se refere à mídia, ele menciona diversas iniciativas do chamado “jornalismo público ou cívico”, caracterizado pela tentativa de “incluir os cidadãos nas deliberações e ações da vida pública, e não apenas apresentar a vida pública como um esporte de espectadores a uma audiência passiva” (p. 119). A cobertura da campanha eleitoral de 1996, na Carolina do Norte,



por exemplo, revelou-se muito mais informativa e menos sensacionalista devido ao esforço feito por um grupo de instituições midiáticas, que tentou levar a sério sua ética e sua responsabilidade jornalísticas de dirigir-se ao público como cidadãos participantes. Trata-se, portanto, de um exercício de interação entre leitores e jornalistas que teria resultado, neste caso, na formação de um espaço público livre.

Outra questão discutida por Goldfarb, em seu último capítulo, ainda relacionada ao poder da mídia, diz respeito a como a televisão influi nas interações políticas. A televisão tem um papel fundamental na política contemporânea por evidenciar muito uma característica central da interação, segundo Goffman: sua dimensão expressiva. O poder da televisão de definir as situações está ancorado em imagens que se amplificam ao serem difundidas mundialmente, em aparências que se tornam realidade.

Na constituição de lideranças políticas, fica muito clara a preponderância do “poder de apresentação televisual de si mesmo”, que teria faltado ao candidato Howard Dean. Estas variáveis não podem ser desprezadas, pois o jogo político atual se baseia muito nelas. Na televisão, ao contrário do que ocorreria na *internet*, essa expressividade se faz de forma muito unilateral e grandiloquente. Daí porque, na *internet*, apesar da pouca possibilidade de contato visual, as interações se dão de forma mais igualitária e em pequena escala, em conversas virtuais entre poucos ou muitos indivíduos.

Um último tema sobre o qual Goldfarb apenas toca, mas não desenvolve, diz respeito à efetividade da política de pequenas coisas, entendida como sua capacidade de levar a grandes transformações. Para ser efetiva, a ação política em nível micro deve ser complementada pela atuação também em nível macro. Para dar apenas um pequeno exemplo, em sua análise, a pouca atenção que o candidato Dean deu à sua imagem televisiva teria sido decisiva para sua derrota. No entanto, o objetivo de Goldfarb é chamar a atenção para a relevância intrínseca do poder político advindo das microinterações. A despeito do fracasso que teve a candidatura de Dean no caso em questão, a política das pequenas coisas tem um fim em si mesmo que não pode ser menosprezado devido ao possível não alcance dos objetivos práticos que tinham em vista os participantes. Sua importância maior está em ser uma “alternativa normativa à política de disciplina e coerção” (p. 136). Suas implicações residem na redefinição do mundo que os praticantes fazem ao interagirem.

A aposta do autor para o florescimento da política de pequenas coisas nos dias atuais está no contexto trazido pela *internet*. Segundo ele, haveria, no mundo virtual, um acolhimento maior à diversidade de perspectivas, uma possibilidade maior de diálogo do que outros meios de comunicação, como o rádio – usado principalmente pela direita – seriam capazes de suscitar. A *internet* seria a plataforma midiática da vez para a esquerda que não tem poder.

Uma apreciação crítica da obra torna claras diversas fragilidades, em especial a metodológica. Sendo um seguidor de Goffman, que também não chegou, segundo Smith (2006, p. 55), a construir um método claro de análise das interações, Goldfarb não explicita as técnicas de pesquisa utilizadas nem a quantidade de casos analisados e não está preocupado em discutir a viabilidade de se extraírem inferências teóricas ou generalizações a partir do universo restrito com que trabalha. O exemplo que cita a respeito de sua própria experiência como professor é ilustrativo de seu baixo rigor metodológico. Além disso, sua análise, embora abrangente dada a diversidade de situações e episódios que analisa, é sempre superficial. Os casos são sempre descritos de forma telegráfica e não permitem ao leitor uma compreensão mais aprofundada dos contextos, dos atores e da gama de variáveis envolvidas. A breve e pouco convincente caracterização do “totalitarismo do século XXI” é um exemplo disso.

Relacionada a isso, está seu pouco interesse em relacionar o mundo das interações com variáveis externas para entender como as grandes transformações são produzidas a partir da inter-relação entre a cultura política emergente que ele delineia com fatores socioeconômicos e políticos.

Apesar desses problemas, esta obra tem também grandes virtudes, sendo a principal delas, em meu ponto de vista, a de chamar a atenção para aspectos menosprezados da política pelo *mainstream* da ciência política contemporânea, que tende a focar-se no âmbito institucional, na política dos centros decisórios, em vez de na política praticada a nível micro, por pessoas comuns, em suas interações cotidianas. Goldfarb afirma que essa micropolítica importa e que ela é o sustentáculo da democracia porque é por meio dela que se reproduzem a crença e o exercício dos princípios democráticos, das liberdades políticas de criar seus próprios enquadramentos e de viver de acordo com elas. É no nível micro que se aprende a praticar a democracia deliberativa, nos espaços públicos que criamos e em que circulamos. E esse é um exercício que tem valor em si, quer ele desencadeie ou não mudanças em nível macro.

**Referências bibliográficas**

- DOMINGUES, José Maurício. 2008. *Teorias sociológicas no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GOFFMAN, Erving. 1986. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Boston: Northeastern University Press.
- SMITH, Greg. 2006. *Erving Goffman*. London/New York: Routledge Taylor/Francis Group.
- VILLA, Dana (ed.). 2000. *The Cambridge companion to Hannah Arendt*. Cambridge: Cambridge University Press.